

## **UE: Novas medidas para combater imigração**

A Comissão Europeia adoptou e apresentou, na quarta-feira, um pacote de propostas para combater a imigração ilegal, que contempla a criação de uma força de intervenção rápida para as fronteiras externas, em Bruxelas.

O pacote de medidas anunciado compreende ainda uma comunicação sobre as prioridades futuras no combate à imigração ilegal de cidadãos de países terceiros e uma proposta de regulamento para o estabelecimento de um código comunitário para os vistos de curta duração.

O executivo comunitário sustentou que a adopção deste pacote de medidas permitirá *"reforçar significativamente os esforços da União Europeia com vista a aumentar a solidariedade entre os Estados-membros e combater a imigração ilegal de forma mais vigorosa"*.

Relativamente à criação de equipas de intervenção rápida, a Comissão considerou que representa *"um grande passo"* no sentido do desenvolvimento de um sistema integrado de gestão fronteiriça, a nível europeu, podendo estas equipas auxiliar *"directa e eficientemente"* as autoridades fronteiriças nacionais dos Estados-membros, a pedido destes.

A proposta de regulamento consiste no estabelecimento de mecanismos para a criação destas equipas, as suas funções e financiamento, e tem por objectivo estabelecer um mecanismo através do qual os Estados-membros que enfrentem grandes dificuldades para controlar as suas fronteiras externas possam recorrer a especialistas de outros Estados-membros numa base temporária.

Estas equipas funcionarão sob a coordenação da Agência Europeia de Controlo de Fronteiras (Frontex), que terá permanentemente à sua disposição peritos em identificação, em interpretação, em assistência de primeiros socorros e em avaliação de riscos, prontos a prestar assistência técnica e operacional.

Quanto ao código comunitário para os vistos de curta duração, o objectivo da Comissão é reforçar a coerência das políticas de vistos no seio da UE, fortalecendo a segurança legal e a transparência das regras para os vistos.

Por fim, o executivo adoptou também uma comunicação sobre aquelas que considera as principais linhas da acção futura em matéria de combate ao fenómeno da imigração ilegal, nomeadamente em domínios como a cooperação com países terceiros, o combate ao tráfico humano, a luta contra o trabalho clandestino e a regularização de imigrantes ilegais.

In *Rádio Renascença*  
20-07-06